

24 DE NOVEMBRO DE 2009

Debandada de peritos ameaça travar INSS

**Insatisfeitos com condições de trabalho, profissionais se aposentam ou pedem licença médica, e filas ressurgem na Previdência
Médicos já deram início a movimento de resistência, com consultas mais longas e jornadas menores, afetando o atendimento nos postos**

JULIANNA SOFIA – FOLHA DE S. PAULO DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Peças-chave na redução de despesas da Previdência com o pagamento de benefícios, médicos peritos do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) iniciaram um processo de revoada do órgão. Insatisfeita com as atuais condições de trabalho - falta de infraestrutura e de segurança, além de carga excessiva de atividades-, a categoria multiplicou nos últimos meses pedidos de aposentadoria, de exoneração e de licença por motivos de saúde.

O esvaziamento do quadro deverá se aprofundar nos próximos dois anos. De acordo com dados oficiais, cerca de 2.000 médicos terão direito a se aposentar até 2012, o que representa 40% do total de 5.066 peritos da Previdência. O salário inicial da categoria é de R\$ 7.500, e o final, R\$ 12,5 mil.

De janeiro a outubro, o INSS já contabilizou 366 aposentadorias e exonerações de peritos. Números da ANMP (Associação Nacional dos Médicos Peritos) mostram que, no período, 650 médicos deixaram suas funções por conta de aposentadorias, exonerações e remoções. No ano passado, foram 456 afastamentos.

O êxodo na carreira já começa a trazer de volta filas nos postos da Previdência. Hoje, mais da metade dos benefícios concedidos pelo INSS depende da perícia médica.

"O caos vai se instalar. A pergunta é: o que o governo quer da carreira de peritos médicos?", afirmou o presidente da ANMP, Luiz Carlos Argolo. De acordo com a associação, a situação já é crítica em várias agências da Previdência (veja quadro à pág. B3).

Com a debandada dos peritos, há ainda o risco de elevar os gastos do governo com auxílio-doença. Em 2005, essas despesas saíram do controle e atingiram um pico de R\$ 1,6 bilhão por mês. O governo baixou um pacote para conter os gastos, o que incluiu um novo modelo de perícia médica -fim dos profissionais terceirizados e concurso para 3.000 peritos. Com as mudanças, houve uma economia de mais de R\$ 5 bilhões.

Explicações para saída

Os motivos para a saída em massa de peritos são vários. A ANMP argumenta que os médicos peritos trabalham sem condições de infraestrutura. A falta de segurança da categoria é outro ponto de atrito com o governo federal.

Os estopins para o levante, porém, foram a jornada de trabalho e a carga de atividades. Desde fevereiro, os médicos são obrigados a cumprir jornada de 40 horas -antes eram 30 horas. Segundo Argolo, os peritos precisam cumprir uma agenda de consultas que chega a 24 exames por dia (uma perícia a cada 20 minutos).

Em resposta, a ANMP vem orientando os peritos a aderir ao "movimento pela excelência do ato médico". As consultas devem durar, no mínimo, 30 minutos, e a jornada diária não deve exceder seis horas.

Médicos reclamam de agressões físicas

Falta de segurança ajuda a explicar êxodo do INSS, segundo associação; em pesquisa, dois terços afirmam que sofreram ataques verbais

Peritos criticam ainda instalações; presidente do INSS diz que 196 agências da Previdência passam por reforma neste ano

Idosos aguardam atendimento em agência do INSS em São Paulo; peritos dizem sofrer violência

FOLHA DE SÃO PAULO

No fim de setembro, um segurado do INSS entrou em uma agência da Previdência em Cosmópolis (SP) com um cinturão de rojões preso ao corpo e duas latas de tiner nas mãos. Ameaçava incendiar o local e soltou um dos rojões contra o segurança da agência. O trabalhador estava revoltado porque recebera alta da perícia e, portanto, poderia voltar a trabalhar.

O incidente, que terminou sem feridos, foi um dos 70 episódios de agressão ocorridos neste ano contra médicos peritos do INSS. Em 2005, Maria Cristina Souza da Silva, chefe da perícia médica de Governador Valadares (MG), foi assassinada em um crime vinculado à sua atividade.

Pesquisa realizada em 2006 pela ANMP (Associação Nacional dos Médicos Peritos), com 1.186 médicos do INSS, mostrou que 4% dos entrevistados já tinham sofrido agressões físicas por parte de segurados. Dois terços informaram ter sido vítimas de ataques verbais. E 25% relataram que já haviam sofrido ameaças.

No dia 21 de março de 2007, o médico perito Gustavo de Almeida atendia a um segurado na agência da Previdência em Santos quando uma mulher entrou na sala armada com uma faca. "As câmeras de segurança mostram que ela ficou mais de uma hora esperando para entrar na sala, quando tinha menos movimento. Entrou junto com a mãe e disse que ia me matar", relata o médico.

"Ela era uma mulher grande e veio para cima de mim. Caí no chão e tentei me defender com as pernas, empurrando-a para longe, e com os braços", conta Almeida. Ele levou várias facadas em uma das pernas e correu risco de morte devido à quantidade de sangue que perdeu.

Recuperado, decidiu abandonar o cargo. Mudou-se para Brasília e hoje divide seu tempo entre atendimentos no Ministério Público da União e na Câmara dos Deputados. "Na época, minha filha tinha oito meses. Quando isso ocorreu e pensando na morte da perita em Minas Gerais, decidi mudar de vida", afirmou o médico.

Sem estrutura

A falta de segurança e as agressões relatadas pelos peritos fazem parte da rotina dos peritos, assim como a falta de condições de logística e infraestrutura. Na semana passada, a Vigilância Sanitária interditou quatro locais de atendimento da perícia em Guarulhos.

O Ministério Público Federal reúne denúncias de vários Estados sobre problemas nas salas de perícia do INSS. Em Brasília, as salas de atendimento no Plano Piloto foram descritas pelos peritos como "constrangedoras". O local tinha paredes mofadas e baldes embaixo de goteiras e infiltrações.

Além disso, uma das paredes é de vidro, expondo os segurados durante o exame. Quem passa do lado de fora do prédio pode ver quem está sendo atendido. A Folha pediu autorização do INSS para fotografar o local. No dia seguinte, as salas foram reformadas.

De acordo com o presidente do INSS, Valdir Moysés Simão, 196 agências da Previdência passam por reforma neste ano. Em 91 postos, as obras já foram concluídas. "Os peritos também precisam entender que a sala de perícia não é um consultório médico. Já pediram até a instalação de desfibrilador", disse Simão.

O presidente da ANMP, Luiz Carlos Argolo, afirma ainda que os peritos reivindicam cursos de capacitação, que há anos não são oferecidos pelo INSS. "Por isso, é bom ficar claro que nosso movimento pela excelência do ato médico não é para retaliar o governo. É um ato pela qualidade do serviço", disse o vice-presidente da entidade, Emanuel Alexandre.

SUS e rede privada de saúde concorrem, diz presidente da ANS

Responsável pela Agência Nacional de Saúde Suplementar aponta falta de planejamento entre os dois sistemas

"O SUS e os planos de saúde disputam rede, hospital", diz Fausto Pereira dos Santos; 20% dos brasileiros têm plano médico

FOLHA DE S. PAULO- AGENCIATA

O presidente da ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar), Fausto Pereira dos Santos, diz que a saúde pública e a saúde privada não dialogam no Brasil. Em alguns casos, funcionam como concorrentes.

"O SUS e os planos de saúde disputam rede, hospital. O setor público fica em desvantagem grande porque tem menos dinheiro. Falta um planejamento que combine o setor público e o setor privado", afirma.

Dos 190 milhões de brasileiros, cerca de 40 milhões têm plano de saúde. Os 150 milhões restantes dependem exclusivamente dos hospitais públicos.

Pereira dos Santos é médico sanitarista. Em abril do ano que vem, quando vence seu segundo mandato, ele deixará a presidência da agência que regula e fiscaliza os planos de saúde.

FOLHA - Mais de 20% da população tem plano médico. É muito?

FAUSTO PEREIRA DOS SANTOS - Num sistema de saúde que constitucionalmente é universal, esse número tão robusto é uma inversão. Em outros países com sistema universal, como Inglaterra, Canadá e França, prepondera o financiamento público. No Brasil, é o privado.

Nossa saúde pública está subfinanciada. Por isso, famílias e empresas se veem obrigadas a buscar a saúde privada. E ainda temos essa política de dar incentivo fiscal a quem contrata o sistema privado de saúde [dedução no Imposto de Renda das pessoas e redução no imposto do lucro líquido das empresas]. A distorção deixa o financiamento da saúde mais iníquo [sem equilíbrio].

FOLHA - É por isso que a saúde pública está tão debilitada?

PEREIRA DOS SANTOS - O problema é que o setor público e o privado funcionam paralelamente e até como concorrentes. O SUS e os planos de saúde disputam rede, hospital. O setor público fica em desvantagem porque tem menos dinheiro. É preciso que o Brasil defina o papel do público e privado.

FOLHA - Como seria?

PEREIRA DOS SANTOS - Temos cidades onde 60% da população têm plano de saúde. Não é possível que o secretário de Saúde desconsidere isso em seu planejamento. Ele não pode organizar a rede pública querendo cobrir 100% da população.

Por causa da falta de diálogo, temos dentro da mesma região excesso de oferta e ociosidade na rede privada e escassez na rede pública. É assim nos exames de ultrassom e endoscopia.

FOLHA - O Ministério da Saúde e a ANS não dialogam?

PEREIRA DOS SANTOS - Nossa relação é harmônica. Falta discussão no governo e no Congresso sobre a delimitação de responsabilidades, sem perder a característica de ser um sistema universal. O impacto do sistema privado é meio desconhecido na gestão do SUS. A discussão que Obama faz agora nos EUA tem um pouco disso. Ele quer definir o papel do Estado e o papel das operadoras.

FOLHA - Como é a pressão das operadoras sobre a ANS?

PEREIRA DOS SANTOS - A pressão existe. Um conjunto de atores se mobiliza na época de atualização do rol de procedimentos obrigatórios. A indústria quer incluir aquele exame ou equipamento. Os médicos querem determinado procedimento. As operadoras querem segurar [a inclusão de procedimentos]. A mesma coisa acontece na época dos reajustes de mensalidades dos planos. As operadoras procuram ministros e deputados.

FOLHA - Como a ANS reage?

PEREIRA DOS SANTOS - Antes fazíamos muitas reuniões bilaterais. Neste ano, na atualização do rol de procedimentos obrigatórios, mudamos a tática, porque estava

impossível. Agora só fazemos reuniões multilaterais. Uma reunião só com dentistas para discutir os planos odontológicos? Não! E as reuniões são sempre públicas. Acabou o lobby particular.

DEPUTADOS USAM NOTAS FISCAIS FRIAS

Notas com endereços fictícios justificam verba de R\$ 15 mil mensais na Câmara

iG São Paulo

Documentos sigilosos da Câmara dos Deputados mostram que empresas de fachada ou com endereços fictícios são usadas para justificar o uso da verba indenizatória de R\$ 15 mil por mês. A informação é da edição deste domingo do jornal "Folha de S. Paulo".

A publicação teve acesso, por via judicial, a dados de 70 mil notas fiscais usadas para reembolso nos últimos quatro meses de 2008. De acordo com a "Folha", os deputados negaram a fraude e afirmaram que os serviços foram prestados e que os problemas são de responsabilidade das empresas.

Uma das empresas de fachada é a Global Express Serviços em Aviação, registradas em Rio Acima (MG), uma cidade que não tem nem pista de pouso, segundo a reportagem. A nota da Global, que não tem autorização da Anac para levar passageiros, foi apresentada por Mário de Oliveira (PSC-MG).

A AP Transportes também forneceu notas, apresentadas por José Airton Cirilo (PT-CE), com endereço falso. No local onde deveria ficar a empresa, em Pacajus (CE), opera uma empresa de venda de cosméticos.

Ainda segundo a "Folha", o endereço informado pela Locautos Campo Verde, que emitiu notas para o deputado Eugênio Rabelo (PP-CE), também não existe. A suposta locadora de carros está cadastrada em Eusébio, a 27 quilômetros da capital cearense, Fortaleza.

Denúncias contra deputados serão investigadas pelo corregedor da Câmara

iG Brasília

BRASÍLIA - O presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer (PMDB/SP), vai encaminhar à Corregedoria da Casa as denúncias de que deputados estariam usando notas de empresas fantasmas para justificar gastos da verba indenizatória de R\$ 15 mil mensais a que tem direito

A ideia é que o corregedor investigue os documentos sem estabelecer juízo de valor. Ciente da denúncia publicada neste domingo no jornal "Folha de S. Paulo", Temer telefonou para o corregedor da Câmara, deputado Antônio Carlos Magalhães Neto (DEM/BA).

"Li a matéria e estou a par dos fatos, mas ainda não conheço todo o teor da denúncia. Vou me pronunciar sobre o procedimento no momento em que chegar a Brasília e entender todos os elementos", disse o deputado baiano.

De acordo com a reportagem da "Folha", empresas com endereços inexistentes são beneficiárias de verba indenizatória, adicional mensal pago aos parlamentares para despesas relacionadas a sua atividade, de R\$ 15 mil.

A denúncia tem como base 70 mil notas fiscais referentes aos quatro últimos meses de 2008, que justificaram reembolsos de supostos gastos de deputados federais. Tais notas, conseguidas por via judicial, apresentam endereços fictícios e empresas desconhecidas ou clandestinas. A situação que pode configurar crimes como falsidade ideológica e contra a ordem tributária – crime punido com dois a cinco anos de prisão.

A partir de abril de 2009 a Câmara começou a divulgar na internet os dados da verba indenizatória usada pelos parlamentares.

Poder Público gasta R\$ 750 milhões em cinco anos com salários acima do teto

MÁRCIO FALCÃO da Folha Online, em Brasília

Os cofres públicos liberaram nos últimos 5 anos pelo menos R\$ 750 milhões para pagar salários acima do teto constitucional para 1.061 servidores da União, dos Estados e de municípios. Uma auditoria realizada pelo procurador Marinus Eduardo Marsico, representante do Ministério Público no TCU (Tribunal de Contas da União), identificou casos de funcionários que recebem mais de R\$ 100 mil em um único mês e têm até 11 fontes diferentes de remuneração.

A Folha Online teve acesso a um relatório que mostra um prejuízo anual calculado em R\$ 154 milhões --considerando como teto o antigo salário pago aos ministros do STF (Supremo Tribunal Federal), que era de R\$ 24,5 mil e foi reajustado, em outubro, para R\$ 25,7 mil --e que envolve 604 órgãos dos três níveis administrativos.

Esses casos geralmente envolvem servidores que ocupam cargos comissionados em órgãos, governos e/ou poderes distintos dos de origem acumulando vencimentos sem informar à autoridade os excessos remuneratórios ou, ainda, aposentados que retornam ao serviço público preenchendo cargos de indicação política.

Os dados foram obtidos a partir de um cruzamento do Relatório Anual de Informações Sociais e do Sistema Integrado da Administração de Recursos Humanos entre agosto e dezembro de 2008. Segundo o procurador, o gasto irregular pode ser ainda maior porque a pesquisa não envolve aposentados e pensionistas de empresas estatais, do Legislativo, do Judiciário, do Ministério Público, do Tribunal de Contas, de Estados e dos municípios, além dos inativos das Forças Armadas.

Marsico apresentou na sexta-feira uma representação contra o Ministério do Planejamento pedindo que o TCU avalie a responsabilidade de gestores que não adotaram medidas para impedir o pagamento de remunerações superiores ao limite constitucional. Para o procurador, são claros os sinais de descaso com dinheiro público.

"O governo veta o reajuste de aposentados e pensionistas que as categorias estão reivindicando para o ano que vem, mas não faz nada para evitar que R\$ 750 milhões sejam jogados fora por simples descuido. Esses pagamentos são irregulares. O teto é um bom salário", disse.

Na avaliação de Marsico, o governo tem se omitido para coibir os pagamentos acima do teto desde 2004, quando foi sancionada a Lei nº 10.887, que determinou a criação de um sistema integrado de dados contendo os salários e as aposentadorias de todos os servidores públicos de todos os órgãos municipais, estaduais e federais dos Três Poderes. A lei ainda precisa ser regulamentada para determinar, por exemplo, a qual teto aplicar o limite e de quem seria a responsabilidade pelo corte de valores excedentes, estabelecendo ainda a proporção do desconto nas diferentes fontes, o destino dos recursos decorrentes da redução dos ganhos.

De acordo com o procurador, independente do banco de dados, os pagamentos acima do teto poderiam ser coibidos, se o governo já exigisse pelo menos que os servidores assinassem um documento dizendo se recebe aposentadoria ou outro tipo de fonte superando o teto previsto.

"É claro que as dificuldades para a implantação desse sistema são notórias. Agora, o governo não pode ficar esperando a criação desse banco de dados sem fazer nada. Essa é uma questão que, acima de tudo, também envolve a ética, envolve o dever do servidor de dizer a verdade", afirmou.

Polêmica

Em outubro, o plenário do TCU reforçou a polêmica, autorizando que deputados e senadores continuem ganhando salários acima do teto constitucional. Em resposta a uma reclamação da Câmara, o TCU disse que, até a criação do banco de dados, seria impossível colocar em prática o corte do teto.

A assessoria de imprensa do TCU negou que tenha liberado os salários acima do limite. Afirmou que o valor está valendo sim, mas que a operacionalização da lei é necessária. Além disso, disse que a União não pode obrigar os Estados a informarem os salários de seus servidores.

A medida envolve o presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), e o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), que ganham acima do teto. Além do salário da Câmara, Temer recebe como procurador do Estado de São Paulo.

Segundo reportagem da Folha, Sarney, recebe mensalmente pelo menos R\$ 52 mil dos cofres públicos. Sarney acumula o salário de senador (R\$ 16.500) e duas aposentadorias no Maranhão que totalizavam o valor de R\$ 35.560,98 em 2007. À época, Sarney alegou o direito à privacidade para não se pronunciar sobre o assunto.

Marina Silva critica uso da máquina no processo eleitoral

Matheus Leitão, iG Brasília

BRASÍLIA - A pré-candidata do Partido Verde, senadora Marina Silva, criticou, em entrevista exclusiva ao iG, o uso da máquina pública no processo eleitoral. Ela disse que as regras que evitam o favorecimento precisam ser cumpridas e que atos de governo não podem se transformar em verdadeiros comícios. "É preciso termos o devido cuidado, tanto da parte de quem está na máquina, quanto da sociedade, para que não sejam feitas burlas indiretamente, sob o pretexto de que se está fazendo a gestão pública e a fiscalização", disse.

Lula admite que a base rachou nos Estados, mas quer coesão na candidatura presidencial

Diante da pergunta sobre o "efeito Marina" na agenda dos candidatos, a senadora Marina Silva admitiu que um tema, relegado a segundo plano, agora é central. Para ela "chegou a hora da questão ambiental".

Marina criticou o Ministério da Ciência e Tecnologia por não ter divulgado até agora o cálculo de quanto o Brasil emite de gases de efeito estufa em cada atividade econômica, o chamado "inventário de emissões". Ela tentará convocar o Ministério ao Senado para explicar o atraso dos dados. Segundo ela, não ter essas estatísticas enfraquece a posição brasileira em Copenhague.

iG: Existe mesmo o efeito Marina? A senhora acha que mudou a agenda dos outros candidatos?

Marina Silva: Tivemos, sim, uma mudança na agenda e nas posições políticas. O Brasil estava com esse tema relegado a segundo plano. Eu acho que houve um alinhamento dos candidatos com a agenda estratégica do País. Com a discussão que está acontecendo no mundo: a mudança de modelo de desenvolvimento em função do aquecimento global. Um tema que estava ao largo do processo de 2010 adquiriu centralidade. Eu diria mesmo que o assunto nesse momento, em função de Copenhague, assume o topo da agenda nacional. É positivo. Essa demanda está no mundo inteiro. Pelo trabalho das ONGs, sociedades científicas, empresários setores do Congresso. Estamos indo com metas. No Congresso podemos institucionalizar estas metas. O Governo de São Paulo também tem metas. É um ganho histórico para o Brasil. Espero que não seja uma posição só de conjuntura.

iG: A senhora acredita que eles mudaram a idéia sobre a questão ambiental?

MS: A questão ambiental forçou uma inflexão política e nas duas candidaturas. Não vejo isso como negativo. Acho que é positivo. O frei Leonardo Boff me falou esses dias que não tem nada mais forte do que uma idéia cujo tempo chegou. Acho que é o momento em que as pessoas percebem isso. Alguns ainda muito refratários, muito receosos de se aproximar desse tema, como se ele fosse algo que pudesse fazer no fim perder popularidade. Mas esta é a nova demanda social e política. Eu venho dizendo há muitos anos que essa é a utopia desse século. Nós que nos mobilizamos pela democracia - tanto eu, quanto Serra, quanto Dilma -, eles mais pelo preço que pagaram por isso - quando chegou o tempo certo, nós conseguimos. Agora, a hora da questão ambiental chegou. O fundamental de tudo isso é que a sociedade brasileira está nos dando a imensa oportunidade de fazermos as mudanças que os próximos 20, 30 anos exigem de nós. Às vezes, temos que tomar decisões e enfrentar desafios sem o relativo acordo social que nos dê sustentabilidade política para fazê-lo. Nesse momento, há uma grande parte da sociedade que está acenando com a força política para que façamos as mudanças. E não temos o direito de nivelar o Brasil por baixo no debate com os que querem continuar com

o mesmo paradigma do século XX e até mesmo do final do século XIX. As pessoas estão nos dando a chance de transitar e, numa campanha política, obviamente que esse acordo social é mais palpável porque a sociedade vai se mobilizar.

iG: A proposta brasileira prevê um corte no que estiver emitindo de gases de efeito estufa em 2020. Ou seja emissões futuras. A Europa prevê corte em relação ao que emitia em 1990. Isso piora a proposta brasileira?

MS: Não temos um inventário atual de quanto emitimos. Nossos números são de 1994. O Ministério da Ciência e Tecnologia tem adiado infinitamente a divulgação desses dados. O governo chegou a um número graças a projeção feita pelo Ministério do Meio Ambiente. Mas ninguém sabe a base de cálculo. O melhor seria pegar 2005 para ter uma idéia melhor do desvio de rota que estamos fazendo. São Paulo está fazendo a conta a partir de 2005. Temos que pegar a base de 2005 e condicionar a um inventário a ser divulgado no ano que vem. E ter novo inventário a cada três anos.

iG: Como podem propor cortar as emissões se não sabem exatamente quanto emite hoje?

MS: Vou fazer, inclusive, um requerimento convidando o Ministério da Ciência e Tecnologia para que dê explicações na Comissão de Meio Ambiente do Senado. Por que esse inventário não é público? A proposta brasileira fica mais frágil quando, em um Fórum Internacional o Brasil, assume compromissos mas sem uma base concreta de dados. Acho importante o Ministério do Meio Ambiente ter feito a projeção na falta dos dados do Ministério da Ciência e Tecnologia.

iG: A campanha de 2010 parece já ter começado. A senhora acha que o Brasil precisa de regras mais claras no uso da máquina das eleições ou o para o momento da pré-eleição?

MS: Nós temos regras para o uso da máquina. O que há necessidade é que as regras sejam cumpridas. É preciso evitar o favorecimento. É preciso termos o devido cuidado tanto da parte de quem está na máquina, quanto da sociedade, para que não sejam feitas burlas indiretamente, sob o pretexto de que se está fazendo a gestão pública e a fiscalização.

Esses atos são corretos e devem ser feitos, mas não podem ser transformados em verdadeiros comícios. Deve haver uma vigilância para que as regras sejam cumpridas. Em relação à pré-campanha, acho que há falta de um regramento e, na ausência desse regramento, quem está na máquina opera no sentido de fazer sempre da sua atuação, em momentos de inauguração, ou outro qualquer, um verdadeiro ato político. E quem não está numa função executiva fica sem saber como operar. Deveríamos ter normas sobre o que os candidatos podem fazer legalmente ou não numa pré campanha.

iG: O ministro Juca Ferreira fez uma crítica à candidatura presidencial do Partido Verde. Na sua opinião ele deveria deixar o ministério?

MS: O Juca é uma liderança importante do partido, ministro da Cultura. Como secretário executivo, fez um trabalho muito importante junto ao nosso querido Gilberto Gil. Tanto fez, que foi o seu sucessor. No início, manifestou suas opiniões e o PV é um partido democrático, que decidiu majoritariamente ter uma candidatura própria. Depois, o próprio Juca, enfim, colocou que ele estava alinhado com o projeto e a decisão da minha filiação e da candidatura ou não. É legítimo que as pessoas tenham suas posições. Foram manifestações depois daquele momento inicial. A decisão de sair ou não do governo, é uma decisão política que ele terá que tomar e o partido, com certeza, fará a discussão de uma forma aberta. Se ele se candidatar, terá que sair. Se não, teremos que discutir como será esse encaminhamento. O fato de estarmos no governo cria uma situação mais complexa para ser manejada. Mas as últimas declarações do ministro Juca têm sido muito de compor com o projeto e buscarmos a melhor forma de caminharmos juntos.

iG: A senhora já decidiu, então, que será candidata...

MS: (Risos) Estamos trabalhando. O partido tomou a decisão de ter a candidatura própria e me colocou como a pré-candidata. Estamos trabalhando nessa direção e a decisão será tomada no ano que vem. Precisamos trabalhar as condições para a candidatura. E, obviamente, que o partido tem se empenhado muito e me sinto honrada de estar nesse lugar.

Dilma defende participação de Dirceu em eleições do PT

Agência Estado

A ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, defendeu a participação do ex-titular da pasta, José Dirceu, na eleição do novo diretório nacional do PT que ocorre hoje. Dirceu, que foi denunciado pelo Ministério Público e responde a processo no Supremo Tribunal Federal (STF) por suposta participação no esquema de compra de votos de parlamentares em troca de apoio ao governo, integra a chapa Construindo um Novo Brasil (CNB), antigo Campo Majoritário, liderada pelo ex-senador José Eduardo Dutra.

As denúncias de compra de votos - mais conhecido como escândalo do mensalão - foram investigadas, em 2005, pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) dos Correios. De acordo com a ministra, nenhum dos acusados de participar do esquema foi julgado ou condenado em definitivo pelo STF, o que impede a formação de qualquer juízo de valor. "Ninguém pode se cassado a priori. Eu acho que nós demos um passo grande no Brasil, quando se compara a outros países do mundo, e dizemos que somos uma das maiores democracias do mundo", afirmou Dilma.

A ministra destacou ainda que o PT procede de forma correta ao aceitar a participação de José Dirceu e de outros petistas acusados pelo Ministério Público nas chapas que disputam o comando do diretório nacional. Segundo ela, o partido deve adotar a prática da presunção da inocência.

Após votar, em São Paulo, José Dirceu declarou que, apesar de seu nome estar na chapa, não está no diretório. "Se vou para o diretório ou não é para ser definido em fevereiro", explicou. As informações são da Agência Brasil.

TERCEIRIZAÇÕES

Prefeituras pagam taxa de até 22% para ONGs executarem projetos

Além do dinheiro da prestação dos serviços em si, municípios repassam a entidades altos valores para cobrir os custos operacionais dos programas

Rhodrigo Deda - JORNAL DE MARINGÁ

A delegação de funções típicas de Estado a entidades do terceiro setor - as organizações não governamentais (ONGs) - está se tornando mais comum no poder público paranaense. De 2007 para 2008, os repasses de prefeituras do Paraná e do governo estadual para entidades do terceiro setor saltaram de R\$ 655 milhões para R\$ 850 milhões - um aumento de 23%. Mas esse "negócio" cada vez mais atrativo para as duas partes pode embutir prejuízos ao interesse coletivo. Em várias parcerias de prefeituras do estado com ONGs, o poder público tem pago altas taxas de administração às entidades pela prestação do serviço público.

Parceria entre a prefeitura de Itaipulândia (Oeste do estado) e a ONG Adesobras, por exemplo, chegou a ter uma taxa de administração, fixada em contrato, de 22,31% sobre o valor dos pagamentos feitos pelo município para a prestação de serviços nas áreas de saúde, educação, cultura, esporte, turismo, desenvolvimento econômico, entre outros. A justificativa era de que a taxa serve para cobrir os custos operacionais na execução de projetos.

convênio, firmado em 2005, começou a ser executado em 2008. Como o valor total repassado à Adesobras em 2008 pela prefeitura foi de R\$ 7,6 milhões para a prestação dos serviços, a ONG recebeu R\$ 1,39 milhão apenas para cobrir custos operacionais.

O presidente da Adesobras, Robert Fernezlian afirma que a taxa não é irregular (embora o Tribunal de Contas diga o contrário - veja reportagem abaixo). Segundo ele, a taxa é usada para cobrir custos que a entidade tem com remuneração de diretores que atuam nos projetos, pagamento de fornecedores, gastos com treinamento e qualificação, viagens, aluguéis, além despesas com estrutura contábil, jurídica e de recursos humanos. Para Fernezlian, o porcentual pago pela prefeitura de Itaipulândia em 2008 não foi alto. "Era normal. Isso porque a taxa operacional depende do custo dos projetos", afirma ele. O presidente da ONG ainda diz que as atividades da entidade são fiscalizadas pelo Tribunal

de Contas, pelo Ministério da Justiça e pelos municípios parceiros, não havendo irregularidades na condução dos projetos.

Porém, com a mudança de prefeito em Itaipulândia, no início deste ano, a taxa operacional foi reduzida, após negociação entre o município e a ONG. O secretário de Finanças de Itaipulândia, Gilmar Ribeiro, afirma que negociou a redução da taxa em meados deste ano porque considerou que estava pagando valores muito altos. "Notificamos a entidade que, se não conseguíssemos diminuir a taxa, iríamos rescindir o contrato. No meio do ano, conseguimos reduzi-la para 11%", afirma ele. Na avaliação do procurador do município de Itaipulândia, Rafael Ghelere, a nova taxa de administração trouxe o custo operacional para um patamar mais aceitável.

Com a redução da taxa de administração, o presidente da Adesobras afirma que foi preciso otimizar custos, limitando, por exemplo, recursos que seriam destinados à capacitação profissional.

Santa Helena

Outra ONG que atua no Paraná e cobra taxa de administração é o Instituto Confiancce. Segundo a diretora do instituto, Cláudia Gali, as taxas cobradas estão entre 7% e 9%. Em 2008, o município de Santa Helena, no Oeste do estado, por exemplo, fez repasses da ordem de R\$ 10 milhões para a entidade, que executou projetos nas áreas de saúde, educação e desenvolvimento social. Segundo a assessoria do Instituto Confiancce, desse valor, R\$ 240 mil foram pagos à entidade para cobrir custos operacionais.

Cláudia Gali afirma que a taxa operacional não gera lucros para a entidade e quaisquer valores que sobram na execução dos projetos são devolvidos para o município. A prefeitura de Santa Helena não quis se pronunciar. Segundo assessoria jurídica da entidade, o procedimento é regular e está embasado em decisão do TC de 2008.

SAÚDE – APARELHOS COMPRADOS EM 2005 ESTÃO SEM FUNCIONAR

Aparelhos de combate ao câncer comprados em 2005 continuam sem funcionar até hoje

Erika Klingl, iG Brasília - AGENCIATA

BRASÍLIA - Cinco anos depois da chegada de equipamentos de altíssima tecnologia no Hospital Universitário de Brasília, Centro de Alta Complexidade em Oncologia (Cacon) do Distrito Federal continua sem oferecer radioterapia aos doentes de câncer. Nos últimos anos, foram gastos R\$ 5 milhões para construir o centro. Os aparelhos chegaram no início de 2005. E ficaram encaixotados desde então. Após meia década de muita briga jurídica, o local foi inaugurado no último mês de agosto. Inaugurado, no entanto, sem que o principal equipamento estivesse em operação.

Como consequência, os pacientes que procuram a radioterapia dão com a cara na porta e são encaminhados de volta ao Hospital de Base. "Quando tudo estiver funcionando, o centro será o mais moderno e completo do DF, mas, por enquanto, minhas pacientes não conseguem se tratar aqui", observa Maria de Fátima Brito Vogt, mastologista do Hospital Universitário de Brasília (HUB).

Só em equipamentos, foram gastos pelo governo federal R\$ 2,6 milhões. E, justamente o mais caro deles, o de Teleterapia, não está em operação. Comprado por R\$ 1,62 milhão, ele serve para o combate a tumores com radiação direta e desenvolve menos efeitos colaterais ao paciente do que a radioterapia normalmente feita.

De acordo com a assessoria de imprensa do HUB, ainda faltam avaliações técnicas da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnem) e da Secretaria de Vigilância Sanitária do DF. Ambas as vistorias não têm data marcada. A assessoria destaca, no entanto, que estão sendo feitas terapias de quimio e também aplicações na braqueoterapia, um equipamento que serve para tratar alguns tipos específicos de câncer, principalmente, em mulheres.

Sem radioterapia

"O médico queria me mandar para o HUB, mas não tinha previsão de atendimento na radioterapia. Sorte que eu consegui atendimento no plano de saúde", conta Leila Barroso

que trata um linforma. "Esperei dois meses e comecei o tratamento. Parece pouco, mas dois meses em se tratando de câncer é muito tempo", lamenta.

Leila não está sozinha. Todos os anos, 3,5 mil pessoas precisam fazer radioterapia na rede pública do Distrito Federal. O número equivale a 80% de todos os pacientes diagnosticados com câncer na capital do País. Atualmente, o Hospital de Base é a única unidade de saúde gratuita a oferecer radioterapia, mas não são raras as vezes que os atendimentos são adiados por peças quebradas já que o equipamento está sobrecarregado. Com isso, as pessoas são mandadas para hospitais de Anápolis, Goiânia e até Barretos a um custo de mais de R\$ 20 mil por doente. Isso sem falar nos transtornos pessoais, incalculáveis.

A polêmica dos equipamentos de última geração usados no tratamento de câncer se arrasta há anos. As obras do Cacon foram suspensas em janeiro de 2006 por problemas com a empreiteira responsável pelo prédio. Na ocasião, já fazia mais de um ano que os equipamentos estavam armazenados. A construção só foi retomada quase dois anos depois, e as máquinas de tratamento de câncer permaneceram guardadas em um bunker climatizado, bem ao lado da obra abandonada. No ano passado, parte dos equipamentos chegou a ser instalada no Hospital de Base, mas acabou voltando para o hospital da UnB.

FABIO CAMPANA - ONLINE

Dilma e Figueiredo, um paralelo

De Elio Gaspari:

De um malvado:

"A Dilma Rousseff é o João Figueiredo do Lula".

Em 1978 o presidente Ernesto Geisel escolheu o general Figueiredo para sucedê-lo. Geisel achava que ele era aplicado, corajoso e frugal. Ademais, com oito anos de experiência no Palácio do Planalto, conhecia o funcionamento do governo.

Estava errado em todos os itens.

A dependência que o PT tem de Lula

Da coluna Painel na Folha de São Paulo

Pesquisas recém-saídas do forno acenderam luz amarela no PT ao mensurar o peso da figura de Lula na avaliação positiva do governo. Em resumo, cerca de um terço dos entrevistados considera o presidente o único responsável pelos sucessos da administração, do Bolsa Família à superação da crise econômica.

"Ele é maior que o partido, que a candidata, que a aliança que a gente está construindo e que o governo de forma geral", reconhece um petista diretamente envolvido na preparação da campanha de Dilma Rousseff.

Na avaliação do petista, a superação desse quadro de dependência tem como pré-requisito uma vitória folgada de José Eduardo Dutra na eleição interna do partido, hoje. Algo que se aproxime de 60% dos votos.

BLOG DO FRED - UOL

A demorada posse da desembargadora do TRF-1

Sob o título "Juíza investigada toma posse como desembargadora", o jornal "O Globo" registra a posse da juíza Ângela Catão, da 11ª Vara Federal de Belo Horizonte, no Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

A magistrada foi investigada pela Operação Pasárgada, que apurou a atuação de um grupo de lobistas acusados de desvio de recursos do Fundo de Participação dos Municípios.

O desembargador Jirair Meguerian, atual presidente do TRF-1, foi o responsável pelo inquérito e autorizou a busca e apreensão de documentos em endereços da juíza.

A promoção da juíza, por antiguidade, foi aprovada pelo plenário do TRF-1 em março, mas o presidente Lula só confirmou a indicação no final de outubro. Ainda segundo o jornal carioca, atribuindo a informação a "um dos investigadores da Pasárgada", Lula só assinou a nomeação porque a juíza recorreu ao Supremo Tribunal Federal e exigiu a ascensão funcional.

A consulta ao site do STF oferece mais algumas luzes sobre o caso.

Ao despachar em mandado de segurança (*) impetrado pelo advogado Aristides Junqueira em favor da magistrada, a ministra Ellen Gracie determinou, no último dia 14 de outubro, a notificação do presidente Lula para que prestasse informações no prazo de dez dias. Foi enviada cópia da decisão à Advocacia Geral da União.

O presidente prestou informações e a União requereu ingresso no feito.

Em habeas corpus (**), impetrado em novembro de 2008, o mesmo advogado alegou que o STJ seria tribunal incompetente para conduzir inquérito judicial em relação à magistrada, e requereu que os autos retornassem ao TRF-1.

O ministro Ricardo Lewandowski indeferiu a liminar e manteve a decisão, em dezembro de 2008, ao apreciar pedido de reconsideração. No último dia 18, o juiz federal Weliton Militão dos Santos, também investigado na Operação Pasárgada, requereu o ingresso nos autos como litisconsorte.

Em abril de 2008, a juíza afirmou à Folha que os responsáveis pelo caso na Polícia Federal, na Procuradoria da República e na Corregedoria agiram de "má-fé". Ela alegou ser alvo de "perseguição" pelo então juiz-corregedor Jirair Meguerian.

A nova desembargadora ocupará vaga deixada pelo desembargador federal Antônio Ezequiel da Silva, que se aposentou em janeiro deste ano.

Sobre a solenidade da posse, a assessoria de imprensa do TRF-1 informa:

"A Mesa Diretora dos trabalhos foi presidida pelo desembargador federal vice-presidente, no exercício da Presidência, Antônio Souza Prudente, e composta, ainda, pelos ministros Marco Aurélio Mello, representante do Supremo Tribunal Federal (STF), Nilson Naves, representante do Superior Tribunal de Justiça (STJ), e Carlos Alberto Soares, presidente do Superior Tribunal Militar, e pelo procurador-chefe Alexandre de Camanho Assis, da Procuradoria Regional da República da 1.ª Região.

Estiveram presentes à cerimônia, além de familiares da empossada, membros do STF e do STJ, da Advocacia-Geral da União e do Superior Tribunal Militar, procuradores federais, magistrados do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, desembargadores aposentados do TRF da 1.ª Região, juízes federais, entre outras autoridades, além de diretores e servidores do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região". (*) MS 28336 (**) HC 96936